

LUCAS DA SILVA RAFAEL

**O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA E SUA PRÁTICA PEDAGÓGICA
INCLUSIVA**

JI-PARANÁ
2020

LUCAS DA SILVA RAFAEL

**O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA E SUA PRÁTICA PEDAGÓGICA
INCLUSIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Banca Examinadora do
Centro Universitário São Lucas, como
requisito de aprovação para obtenção do
título de Licenciatura em Educação Física.

Orientadora: Prof. Ma. Regiane Caris dos
Santos.

JI-PARANÁ
2020

R136p

Rafael, Lucas da Silva

O Professor de educação física e sua prática pedagógica inclusiva / Lucas da Silva Rafael. Ji-Paraná: Centro Universitário São Lucas, 2020. 12 p. il.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Centro Universitário São Lucas, Curso Licenciatura em Educação Física, Ji-Paraná, 2020.

Orientadora: Prof.^a Ma. Regiane Caris dos Santos.

1. Educação Física. 2. Inclusão. 3. Prática Pedagógica Inclusiva. I. Santos, Regiane Caris dos. II. O Professor de educação física e sua prática pedagógica inclusiva. III. Centro Universitário São Lucas.

CDU 796:376

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário:
José Fernando S Magalhães CRB 11/1091

LUCAS DA SILVA RAFAEL

**O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA E SUA PRÁTICA PEDAGÓGICA
INCLUSIVA**

Artigo científico apresentado à Banca Examinadora do Centro Universitário São Lucas de Ji-Paraná, como requisito de aprovação para obtenção do Título de Licenciatura em Educação Física.
Orientador (a): Prof. Ma. Regiane Caris dos Santos

Ji-Paraná, 10 de junho de 2020.
Avaliação/Nota: 9,0

BANCA EXAMINADORA

 Prof. Ma. Regiane Caris dos Santos	Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná
 Prof. Esp. Joao Batista Viana dos Reis	Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná
 Prof. Dra. Susana Maria Mana de Araoz	Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná

O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA E SUA PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA

Lucas da Silva Rafael¹; Regiane Caris dos Santos²

1. Acadêmico do curso de Educação Física da Faculdade São Lucas. E-mail- lucasrafael1055@gmail.com

2. Professora mestre em Educação e orientadora. E-mail- regiane.santos@saolucas.com.br

RESUMO: Atualmente a inclusão tem muito discutida no âmbito educacional, mesmo com essa visibilidade, alguns professores de Educação Física apresentam dificuldades para aplicar o sistema de educação inclusiva em suas aulas, isso faz com que alunos com deficiência sintam-se excluídos e não recebam as mesmas oportunidades que pessoas que não têm nenhuma deficiência. O objetivo do presente estudo é analisar como ocorre as práticas pedagógicas dos professores de Educação Física em relação à inclusão de alunos com deficiência, principalmente em escolas públicas estaduais. Esse artigo é uma revisão sistemática de literatura, com intuito de apontar a importância do docente no campo de inclusão, pontuando também as necessidades e adversidades apresentadas pelos autores no contexto. Durante a decorrência do estudo é possível identificar os problemas que os professores enfrentam para aderir esse método de ensino, como problemas estruturais e falta de capacitação durante sua formação, a análise ressalta a importância da existência de um sistema de inclusão nas redes regulares de ensino, para que isso ocorra é necessário um grande esforço em conjunto da sociedade, principalmente de quem está ligado ao ambiente escolar. Ao longo dos anos as escolas vêm mudando seu método de aplicação de ensino nas redes públicas, isso é um marcador importante para que o processo geral de inclusão aconteça na sociedade brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Física. Inclusão. Prática Pedagógica Inclusiva.

INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO

Rodrigues e Lima (2017) apontam que nos primórdios da história mundial e brasileira as pessoas com deficiência foram esquecidas, torturadas, excluídas e vítimas de inúmeros preconceitos, sem o respaldo para o devido tratamento, logo, não possuíam direitos. Atualmente, fruto de suas lutas, possuem a garantia de direitos que devem ser respeitados e garantidos, dentre eles, o direito à educação.

Em meados do Sec. XX baseado no princípio normalização que vinha para defender o estabelecimento de condições de vida, para as pessoas com deficiência, que fossem semelhantes ao padrão estabelecido como normal ou comum a todos os outros membros da

sociedade, dentro das suas possibilidades, o foco passou a ser no indivíduo, e com isso o preparavam para enfrentar suas dificuldades e então incluí-lo na sociedade, mas apenas no anos 90 que todo o movimento em busca da inclusão passou a ser mais organizado, e tendo sua consolidação por meio da Declaração de Salamanca decorrente da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, realizada em Salamanca na Espanha em 1994, que impõe que todas as crianças devem ter acesso à educação, independentemente de suas limitações e origem, o Brasil adotou esse modelo de educação no início da década de 90, depois de se mostrar solícito a Declaração Mundial de Educação para todos, durante uma conferência da UNESCO que aconteceu na Tailândia.(UNESCO, 1994)

Segundo Adorno, Frenkel-Brunswick, Levinson e Sanford (1965) citados por Amaral (1995) “para alcançar os objetivos de uma educação inclusiva, o preconceito está entre as barreiras mais difíceis de enfrentar. Este consiste num prejulgamento, formado independentemente da experiência e da reflexão, que predispõe o indivíduo preconceituoso a agir em relação a alvos específicos”

Como apontam Sekkel e Matos (2014) o preconceito é uma atitude que em virtude de uma situação pode se manter escondido e se contradizer com a ação manifesta.

Trazendo a discussão para o âmbito da educação física, de acordo com Machado (2016) é perceptível a preocupação dos docentes em relação as práticas almejadas com base nas políticas de inclusão que estão presentes em várias situações no trabalho (p.263).

Machado também relata sobre o ambiente escolar estratégias devem ser montadas afim de abranger todos os alunos, de modo que todos participem.

A constituição federal de 1988 determina a educação inclusiva como uma modalidade que deve ser adotada pelas redes de ensino regular no país, com a intenção de ofertar o serviço de apoio para alunos que possuem algum tipo de deficiência, de acordo com o Art.59º, inciso III

a escola deve assegurar que haja professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para um atendimento adequado e integração desses alunos nas classes comuns.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física afirmam que a participação de alunos com deficiência nas aulas, quando orientada e estruturada adequadamente, pode

trazer benefícios para eles, principalmente proporcionando inclusão naquele meio social e desenvolvimento de suas capacidades afetivas.

Ao pensar nas práticas dos professores de educação física, vejo que essa ampla circulação dos sujeitos acontece. A criação de espaços como CAPS, NASF e Academias de Saúde, além de procurar retirar ou prevenir a internação dos sujeitos, também os responsabiliza pelos cuidados consigo e os posiciona no jogo. A implantação de ações na escola que visam, através do esporte ou de uma educação em tempo integral, a diminuir os riscos das crianças e dos jovens considerados marginalizados, é um feito que propõe educar os sujeitos dentro da lógica vigente ao criar a vontade de ser competitivo, empreendedor, produtivo. (MACHADO, 2016, pg. 267)

Darido (2008), afirma que a prática escolar da Educação Física ajuda o aluno a entender a cultura do corpo, ajudando-os assim a se tornarem cidadãos, reproduzindo em sociedade essa cultura aprendida na escola, ele também apoia a ideia de que a Educação Física tem parte no desenvolvimento individual e coletivo, trabalhando também o desenvolvimento motor, e o bem estar social.

Para Maciel (2000), o ajustamento entre o professor e o aluno só acontece quando há uma relação isenta de preconceito, cabendo ao professor intermediar e favorecer o desenvolvimento dos alunos com deficiências. Educar e estabelecer essa

relação são tarefas árduas, mas contar com esforços de ambas as partes é algo que pode se tornar possível.

Segundo Brito (2017) a ideia de inclusão de todos surgiu por meio da experiência de um dos pesquisadores, que através do estágio de Educação Física percebeu que faltavam práticas voltadas para os alunos com alguma deficiência, diante deste contexto, surgiu o desejo de realizar uma pesquisa de revisão literária sobre a importância da Educação Física inclusiva no ambiente escolar, identificando o papel e analisando os benefícios trazidos para assim compreender a importância da formação continuada do professor de Educação Física para se trabalhar com a inclusão escolar.

Para melhor explicar o termo educação inclusiva, explica Mantoan (2003, p. 97):

A educação inclusiva deve ser entendida como uma tentativa a mais de atender as dificuldades de aprendizagem de qualquer aluno no sistema educacional e com um meio de assegurar que os alunos, que apresentam alguma deficiência, tenham os mesmos direitos que os outros, ou seja, os mesmos direitos dos seus colegas escolarizados em uma escola regular.

A perspectiva de um ambiente deve ser tido como um lugar humanizado, sendo assim, a educação escolar deve ser pensada para a realização de uma formação integral de seus alunos, levando em conta suas capacidades, talentos e sobretudo, levar à eles oportunidades igualitárias, pensando no princípio adequado de meritocracia para que todos tenham direitos e oportunidades iguais.

As primeiras iniciativas de profissionalização e inserção trabalhista de pessoas com deficiência se destacam no início dos anos de 1920, vinda da percepção e preocupação da Organização Internacional de Trabalho em garantir empregos para os veteranos mutilados de guerra, garantindo assim um sistema de capacitação ligada à suas condições físicas, assim, começando um sistema de educação adaptado e direcionado para portadores de deficiências.

Mesmo com os esforços internacionais voltados fortemente para a aplicação desta ação, partindo da criação de fóruns e congressos internacionais abordando o tema de inclusão na Educação, esse tópico continua sendo um pertinente desafio em escolas do mundo inteiro, pois existem muitas diferenças na percepção de como a inclusão deve ser oferecida, gerando divergências e, assim impedindo que as práticas e políticas inclusivas avancem e sejam globalmente aplicadas no ambiente escolar.

O objetivo desse presente estudo é observar por meio de uma revisão literária como ocorrem as práticas pedagógicas na Educação Física inclusiva e quais desafios os professores enfrentam em seu ambiente de trabalho, trazendo questões estruturais, didáticas, de planejamento e falta de amparo no próprio ambiente escolar. O estudo também mostra as dificuldades que alunos com deficiência enfrentam, trazendo soluções para que adaptações ocorram de forma efetiva.

MATERIAL E MÉTODO

Para explicar os fatos apresentados, utilizou-se uma revisão sistemática da literatura projetando analisar como se constitui uma política de inclusão diretamente ligada ao profissional de Educação Física em

ambiente pedagógico e identificação de fatores que já contribuíram e ainda contribuem para a exclusão de pessoas que apresentam alguma deficiência. Usando como fundamento artigos científicos com embasamento social e histórico, visando apresentar políticas de soluções e a prática de equidade em ambiente escolar para que não haja a exclusão de quaisquer deficientes neste meio social.

Foram utilizados cinco artigos para aprofundar as pesquisas, retirados de fontes eletrônicas: scielo; Revista Brasileira de Estudos da Presença; Revista Algomais e Revista Gestão Universitária; com a finalidade de apresentar os fatos marcantes sobre a construção e melhoramento de um ambiente preparado e adequado para receber de forma inclusiva os alunos com deficiência. Artigos datados entre 2013-2019.

Os estudos coletados auxiliaram no enriquecimento de aprendizagem dos fatos decorridos no presente estudo. Relatando estudos de práticas e soluções para os problemas ligados à alunos com deficiência na rede de ensino.

Palavras chave: Escola, inclusão, Educação Física, preconceito, deficiência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para apresentar os resultados coletados e dar continuidade as respectivas discussões, utilizou-se de pesquisas e censos científicos que comprovam os fatos aqui apresentados.

A pesquisa mais recente do IBGE, o Censo de 2010, mostra as características das pessoas com deficiência no Brasil. O índice aponta que 23,9% da população brasileira tem algum tipo de deficiência, seja visual, motora, auditiva ou intelectual.

O Censo de 2010 ainda aponta que o sistema educacional para pessoas com deficiência (PCD), possui uma série de dificuldades que impedem a total inclusão dessa população na comunidade educativa, levando consequências como escolaridade inferior quando comparada à de pessoas que não apresentem nenhuma deficiência, sendo que, no Brasil, 61,1% das pessoas sem instrução e fundamental incompleto são pessoas com deficiência, deixando aparente a negligência que escolas têm quando se trata de educação inclusiva.

A pesquisa feita pelo Ministério da Educação em 2012 aponta o número de PCD nas escolas especiais, classes comuns e no total. A pesquisa sintetiza dois pontos positivos: o aumento total de matrículas feitas por alunos com deficiência, tendo um salto de 654 mil em 2007 para 820 mil em 2010; e o crescimento das respectivas matrículas nas classes comuns, de 306 mil matrículas para 620 mil. Esse grande aumento de alunos com deficiência em classes comuns mostra que a normalização e adaptação para a educação especial em todos os âmbitos escolares está sendo adotada com maior frequência, diminuindo a segregação e promovendo a inclusão social entre todos os alunos.

De acordo com a pesquisa realizada por Zarth, Siqueira e Lebedeff (2008), onde o tema abordado é o oferecimento da educação de forma inclusiva, 40% dos professores entrevistados não sabem se estão aptos para incluir pessoas com deficiência em suas aulas, 35% afirmam que realmente não tiveram essa preparação e apenas 25% acreditam estarem prontos. Apesar de aumentos significativos de alunos com deficiência nas escolas de educação comum, como visto anteriormente, nem todos os professores recebem a qualificação para oferecer práticas educacionais adequadas e de

qualidade de forma igualitária para seus alunos.

A educação continuada é um agente fundamental para a construção de práticas inclusivas, tendo que em sua formação inicial, a maioria dos professores não recebem as qualificações que os ajudariam a desenvolver práticas pedagógicas adequadas para alunos com deficiência.

Segundo Oliveira (2017) a formação continuada deve ser obrigatória no contexto educacional inclusivo, pois se tem o oferecimento de compreensão da prática pedagógica de maneira inclusiva e eficiente, onde as dificuldades, as singularidades, a diversidade do aluno, a cultura e as limitações específicas dos educandos com necessidades educacionais especiais (NEE), passam a ser compreendidas de forma mais humana e democrática.

Leonardo (2008), em sua pesquisa coletou dados entrevistando professores, onde eles comentam sobre as dificuldades no trabalho com alunos especiais. Esse estudo sugere que 45% dos entrevistados alegam não estar preparados para receber alunos com necessidades de aprendizagem especiais, 10% aponta que falta estratégia e metodologia de Ensino e 10% afirmam que falta materiais didáticos adaptados para os alunos.

Professores de Educação Física relataram, na mesma pesquisa, que suas dificuldades com o processo de adaptação à inclusão estão relacionadas a salas de aulas numerosas, dificultando o atendimento individualizado desses alunos em suas práticas, além de reforçarem o pouco conhecimento adquirido em sua formação, dificultando o processo de entender o que é e como oferecer de forma eficaz a educação inclusiva.

No estudo 'Dislexia: atitudes de inclusão' 43% dos professores entrevistados relatam que falta projeto

pedagógico individualizado adequado para trabalhar com alunos com deficiência, e 29% ainda apontam que falta condições oferecidas pela escola, principalmente no amparo para o professor de Educação Física, que precisa de um ambiente adequado para trabalhar com esses alunos, sem que seja desconfortável para eles, ou até mesmo que cause um risco, comprometendo sua saúde física ou psicológica, afetando seu desenvolvimento não só escolar, mas de vivência, criando assim paradigmas com o preconceito que enfrenta, não se vendo incluído nas práticas de Educação Física tanto quanto seus colegas.

Esses dados reforçam que a incompatibilidade com a educação especial é frequente em escolas brasileiras, além de evidenciar o preconceito que pessoas com deficiência sofrem em uma esfera social, não sendo incluídos no plano escolar e não recebendo adaptações necessárias para que sua aprendizagem seja ajustada às suas necessidades. Esse fato pode ser proveniente de um enraizamento de exclusão provocado pela separação dos alunos entre classes comuns e classes especiais, e assim, limitando o conhecimento e prática inclusiva dos educadores.

Os autores Elias e Jacob (2015) denotam em sua pesquisa dados coletados sobre cursos de capacitação em educação básica especial oferecidos pela Secretária da Educação para educadores de escolas públicas. As estatísticas mostram que os cursos de capacitação especial têm sido oferecidos com frequência em 0% das instituições, oferecidos regularmente em 83,33% delas e não são oferecidos nunca em 16,67%. O investimento na carreira de professores é um fator determinante para a melhoria da educação pública inclusiva, tendo que educação de qualidade para pessoas com deficiência física é um direito garantido pela

Constituição Federal de 1988.

Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de:

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - Atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade.

A necessidade do aprimoramento da capacitação profissional e noção crítica sobre sua própria prática pedagógica é essencial para a efetiva melhoria do professor de Educação Física em seu ambiente de trabalho, tendo que essa percepção implica diretamente em alternativas e métodos de inclusão em suas aulas, de forma que possa agregar e envolver todos os seus alunos, acabando com o distanciamento social e, de fato, causando a inclusão de seus alunos com deficiência não só na educação básica mas na escola como um meio social.

Além do aperfeiçoamento profissional, é necessário que as escolas melhorem suas estruturas, trazendo acessibilidade de um modo geral, para alunos que tem ou não deficiência física, tornando não só a convivência social harmônica, mas que o ambiente ofereça condições adequadas para o conforto e segurança de seus alunos que apresentam algum tipo de deficiência, favorecendo assim sua locomoção e

CONCLUSÃO

Conviver com alguma deficiência genética ou adquirida ao longo da vida, sem dúvidas faz com que haja necessidades de tratamentos especiais, na escola isso não é diferente, principalmente na prática de exercícios. A Educação Física vinha sido marcada por exclusão de alunos com

adaptação integrada ao ambiente como um todo. É de suma importância que essas estruturas adequadas se encontrem no campo da Educação Física, para que todos possam utilizar e aproveitar as atividades físicas, esportes e práticas em geral de forma igualitária.

Com base nas análises apresentadas nota-se a dificuldade de tornar as escolas um ambiente inclusivo, seguro e equitativo para todos os alunos com deficiência. Com o passar dos anos, movimentos para adaptação desse meio ganharam força, fazendo com que algumas escolas aderissem às práticas de inclusão. Apesar do aumento da visibilidade para alunos com deficiência, muitas escolas apresentam dificuldades nessa participação, seja em questão estrutural ou qualificação da equipe gestora e de seus pedagogos.

A prática esportiva por deficientes se encontra em crescente expansão, e é importante trazer isso para o ambiente escolar, tendo que exercícios físicos auxiliam no desenvolvimento, principalmente se forem aplicados desde a infância, no ensino fundamental, além de ser uma fonte de lazer. Com a Educação Física apropriada seria possível mostrar à sociedade, que é possível conviver com suas deficiências sem que isso seja um obstáculo.

necessidades básicas especiais, retirando-os da convivência com seus colegas, demarcando um grande distanciamento social.

Como acentuado durante o presente estudo, muitos profissionais acreditam não apresentar capacidade de oferecer esses tratamentos especiais para seus alunos, também é aparente a dificuldade de trabalhar em um ambiente que não oferece estruturas

especializadas para auxiliar nesse tratamento de inclusão ou projetos específicos para o atendimento à alunos com deficiência.

Segundo o MEC, é de responsabilidade do sistema de ensino estabelecer normas para o funcionamento desse sistema de inclusão nas escolas, contratando professores capacitados e especializados. A exigência das instituições por especialistas em educação adaptada colaboraria com o aumento da busca por pós-graduação na área, e conseqüentemente, elevaria o número de profissionais capacitados para desenvolver métodos educativos de qualidade no sistema inclusivo. Assim, essa seria uma alternativa para reverter o resultado dos dados apresentados, onde muitos profissionais não se sentiam capacitados, pois com essa mudança, a educação continuada no contexto inclusivo seria necessária para ingressar no mercado de trabalho.

Além de superar dificuldades no corpo docente e estrutural da escola, outra melhoria deve acontecer no ambiente social, onde ocorre a interação entre os alunos. Isso é um desafio principalmente para professores de Educação Física, que trabalham diretamente com a comunicação entre alunos, enfrentando o desafio de fazer com que todos eles participem de suas aulas, sem excluir os que apresentam deficiência, trazendo conforto e adequação àquele meio.

Através de jogos e práticas o profissional de Educação Física traz a convivência no âmbito escolar como um todo, fazendo com que essa inclusão chegue aos seus alunos com deficiência. Essa relação com a interdisciplinaridade faz com que seja possível a percepção quanto ao desenvolvimento singular de cada estudante e o desenvolvimento coletivo, sem excluir estudantes com deficiência. Nas aulas específicas os

alunos podem conhecer o próprio potencial de movimento ou de raciocínio, seja em brincadeiras ou atividades propostas, dando oportunidade ao convívio, socialização e respeito difundido através das condutas estabelecidas pelo professor de Educação Física.

Quando se fala em educação inclusiva, deve-se levar em consideração a relação aluno-escola, tendo que a escola é um dos grandes auxiliares na formação de pensamentos, opiniões e experiências de vida de seus alunos, pois é na mesma que muitas primeiras experiências relacionadas à socialização são adquiridas e fazer com que essas experiências sejam o mais positivas possível é de extrema importância.

Uma boa rede de ensino depende principalmente de diretores e professores preparados para ofertar a educação comum e inclusiva com o mesmo grau de eficácia, além instalações físicas adequadas, da boa convivência dos estudantes promovidas por projetos dentro da própria comunidade escolar e da participação de pais na vida escolar de seus filhos. Entretanto, há também necessidade de ações efetivas do governo nesse meio, incluindo uma demanda de verbas para o melhoramento das condições de trabalho em que o educador se encontra. A realização da inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular está ligada à atuação conjunta de todas as esferas sociais.

Essa adesão facilitaria a quebra de preconceitos, familiarizando os estudantes desde seu primeiro momento na escola com a ideia de total igualdade. Sendo assim, se idealizará logo no primeiro instante a incorporação de alunos com deficiência integralmente na sociedade, buscando também que a metodologia de ensino seja pensada conforme o princípio de equidade, onde se analisa as dificuldades de cada

indivíduo, e assim, adapta-se o método e material para que aquele aluno tenha o mesmo nível de aproveitamento que seus colegas de turma. Com esse sistema de inclusão, o grau de escolaridade não será desigual quando comparados, e a entrada de alunos com deficiência, seja ela física, cognitiva, visual, adutiva ou mental no mercado de trabalho será mais recorrente, trazendo assim, a escola como base de quebra de preconceitos e melhoria de convivência e integração social.

Especificando a aplicação da educação inclusiva diretamente ligada à Educação Física nas escolas de ensino regular, tem-se como um dos principais objetivos mudar o pensamento de que deficiências são limitações imutáveis, esse achismo é decorrente do preconceito que se enraizou durante muitos anos na sociedade. Com essa dinâmica aplicada nas aulas, será possível que os alunos com deficiência provem que mesmo com necessidades diferentes de seus colegas, são capazes de superar desafios., ajudando na autoestima e contribuindo também, para a desconstrução do preconceito que deficientes enfrentam.

Essa mudança no ambiente educativo vem acontecendo com o

passar dos anos, mesmo que de forma lenta, escolas do país vem investindo na educação inclusiva e estimulando seus alunos a conviverem com diferenças. Se esse método for adotado por todas as escolas do Brasil, a melhoria na vida de deficientes será visível refletindo o aperfeiçoamento que os profissionais tiveram para oferecer uma educação de qualidade para seus alunos com deficiência e reeducar de forma integral a sociedade sobre os preconceitos acometidos durante os anos que se passaram. Mas essa realidade só será possível de alcançar quando o olhar para esse tipo de inclusão nas escolas aconteça de forma geral, assim, ocorrerá a aceleração desse processo. Campanhas com alcance nacional para que todos possam ver e se solidarizar à ideia são importantes além de projetos sociais oferecidos por escolas, trazendo pessoas além daquelas que já frequentam o ambiente, para um dia de práticas e conscientização abertas ao público. É necessário também que em seu processo de formação, futuros educadores sejam estimulados a aprender sobre práticas pedagógicas inclusivas e a se especializarem nessa área.

THE PHYSICAL EDUCATION TEACHER AND HIS INCLUSIVE PEDAGOGICAL PRACTICE

ABSTRACT: Physical Education teachers have difficulties to apply the inclusive education system in their classes, this makes students with disabilities feel excluded and do not receive the same opportunities as people who have no disabilities. The aim of this study is to analyze how the pedagogical practices of Physical Education teachers occur in order to include students with disabilities, especially in state public schools. This article is a systematic literature review, with the intuition of pointing out the importance of teachers in the field of inclusion, also pointing out the needs and adversities presented by the authors in the context. During the result of the study it is possible to identicalize the problems that teachers face to adhere to this teaching method, such as structural problems and lack of training, the analysis emphasizes the importance of the existence of a system of inclusion in regular education networks, for this to occur a great effort together of society, especially of those who are connected to the school environment. Over the years schools have been changing

their method of teaching application in public networks, this is an important marker for the general process of inclusion to take place in Brazilian society.

KEYWORDS: Physical Education. Inclusion. Inclusive Pedagogical Practice.

REFERÊNCIAS

1. RODRIGUES, Ana Paula Neves; LIMA, Cláudia Araujo de. A história da pessoa com deficiência e da Educação Especial em tempos de Inclusão. Caruaru, Revista interterritórios, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/interritorios/article/download/234432/27604>.
2. LARA, Fabiane Matos; PINTO, Celeida Belchior Garcia Cintra. A importância da educação física como forma inclusiva numa perspectiva docente*. Publicações Acadêmicas, Brasília, 23 nov. 2016. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/cienciasaude/article/view/429>
3. Acesso em: 1 abr. 2020.
3. SEKKEL, Marie Claire; MATOS, Larissa Prado. Educação inclusiva: formação de atitudes na educação infantil. Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 87/96, 15 mar. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v18n1/v18n1a09.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2020.
4. MACHADO, Roseli Belmonte. Políticas de inclusão e à docência em educação física: uma reflexão sobre as práticas. Revista Brasileira de ciências do esporte, [S. l.], v. 39, n. 3, p. 261-267, 11 maio 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-32892017000300261&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 1 abr. 2020.
5. BRITO, Edson Francis Silva et al. A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA EM AMBIENTE ESCOLAR. 2017. Dissertação (Bacharel em Educação Física) - Associação Caruaruense de Ensino Superior- ASCES, [S. l.], 2017. Disponível em: <http://repositorio.asc.es.edu.br/bitstream/123456789/10711/1/Artigo%20ALEX%20CARLSO%20EDSON.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2020.
6. FERREIRA, Martinelli F; DAOLIO, Jocimar. EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E INCLUSÃO: ALGUNS DESENCONTROS. Revista Kinesis, Santa Maria, v. 32, n. 2, p. 53-68, 6 dez. 2014.
7. SILVA, V. A.; ANDRADE, L. H. C. Etnobotânica Xucuru: espécies místicas. *Biotemas*, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 45-57, 2002
8. ROCHA, Maria Angélica Moreira; CABUSSÚ, Maria Arminda S. Tutti; SOARES, Vitória Galvão; LUCENA, Rita. Dislexia: atitudes de inclusão, Revista da Associação Brasileira de Psicopedagogia, 2009. Disponível em: <http://www.revistapsicopedagogia.com.br/detalhes/252/dislexia--atitudes-de>

inclusão

9. OLIVEIRA, Rosane de Machado. A Importância da Formação Continuada dos Educadores no Contexto Educacional Inclusivo e a Influência da Mediação no Ensino-Aprendizagem na Educação Especial, março de 2017, Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/formacao-continua-educadores#:~:text=A%20IMPORT%C3%82NCIA%20DA%20FORMA%C3%87%C3%83O%20CONTINUADA%20DO%20EDUCADOR%20NO%20CONTEXTO%20EDUCACIONAL%20ESPECIAL%20%2F%20INCLUSIVO,-A%20forma%C3%A7%C3%A3o%20continuada&text=A%20forma%C3%A7%C3%A3o%20continuada%20fornece%20h%C3%A1,satisfat%C3%B3rio%20das%20habilidades%20dos%20educandos.>
10. ELIAS, Cristiani Gomes; JACOBY, Nadia. Dificuldades de Aprendizagem: percepção dos professores do Ensino Fundamental I da Escola Municipal de Educação Básica de Figueira, agosto de 2015, Psicologado. Disponível em: <https://psicologado.com.br/atuacao/psicologia-escolar/dificuldade-de-aprendizagem-percepcoes-dos-professores-do-ensino-fundamental-i-da-escola-municipal-de-educacao-basica-figueira>
11. LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro. Inclusão Escolar: um estudo acerca das escolas públicas, Campinas, Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRABEE), dezembro de 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141385572008000200014&lng=pt&tlng=pt
12. ZARTH, Ana Paula; SIQUEIRA, Patrícia Calesso Marcelino; LEBEDEFF, Tatiana Bolívar. O profissional de Educação Física e sua responsabilidade frente ao processo de inclusão. Buenos Aires, EFD Esportes revista digital, julho de 2008. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd122/profissional-de-educacao-fisica-e-processo-de-inclusao.htm>
13. GARCIA, Vinicius Gaspar. Educação Inclusiva, diversidade e cidadania. Brasil Debate, 11 de março de 2015. Disponível em: <http://brasildebate.com.br/educacao-inclusiva-diversidade-e-cidadania/>
14. BRASIL. Constituição Federal 1988. Brasília: Senado, 1988.